

Apresentação – Revista de Direito Constitucional Econômico 2022.1

É com imensa satisfação que apresentamos a edição 2022.1 da Revista de Direito Constitucional Econômico. Esta publicação reafirma o compromisso do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA com a difusão de pesquisas que analisam, com profundidade e senso crítico, questões estruturantes do Direito Constitucional Econômico contemporâneo — especialmente aquelas relacionadas ao funcionamento das instituições, à eficiência normativa, à responsabilidade socioambiental, à dinâmica econômica dos processos decisórios e ao papel do Estado e dos agentes privados em cenários de complexidade social, ambiental e econômica.

Amélio Alves, em artigo intitulado “A superação de precedentes à luz da Análise Econômica do Direito”, analisa a ruptura de entendimentos jurisprudenciais sob a perspectiva da eficiência, dos custos de transação e da segurança jurídica, discutindo como a Análise Econômica do Direito pode orientar decisões judiciais mais estáveis, coerentes e alinhadas ao desenvolvimento socioeconômico.

Andressa Oliveira Soares, em “Construindo o Direito Internacional a partir de baixo: a participação da sociedade civil na agenda internacional de direitos humanos e empresas”, examina a formação do tratado internacional sobre empresas e direitos humanos, demonstrando o papel decisivo dos movimentos sociais na renovação crítica do Direito Internacional e na consolidação de uma governança global mais democrática e inclusiva.

Cristiane Gomes de Araújo, em “A responsabilidade civil dos influenciadores digitais à luz do Código de Defesa do Consumidor”, discute a crescente influência do marketing digital e os desafios regulatórios para a proteção do consumidor, analisando a possibilidade de responsabilização civil dos influenciadores como fornecedores por equiparação em casos de publicidade enganosa ou abusiva.

Edson da Graça Francisco Macuácu, em “Regime Jurídico do Setor Público Empresarial em Moçambique”, apresenta um estudo aprofundado sobre o enquadramento constitucional e legal das empresas públicas moçambicanas, discutindo o pluralismo econômico e as competências das entidades estatais e descentralizadas na estruturação do setor público empresarial.

Flávia Silva Bonfim Maciel, em “O impacto econômico e ambiental do setor de mineração”, analisa os benefícios econômicos da atividade minerária e os graves danos socioambientais decorrentes dos rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho, destacando a necessidade de conciliar crescimento econômico, responsabilidade ambiental e segurança jurídica.

Júlio César Oliveira de Souza e Pedro Ricardo Morello Brendolan, em “Responsabilidade socioambiental e civil das instituições financeiras por atos lesivos ao meio ambiente”, discutem a evolução do Estado Socioambiental e a responsabilidade dos bancos por financiamentos concedidos a empreendimentos potencialmente poluidores, enfatizando o dever de diligência e o papel das instituições financeiras na prevenção de danos ambientais.

Vânia Camilo do Nascimento, em “A importância do Código de Processo Civil para o desenvolvimento e segurança econômica no Brasil”, examina como o CPC/2015 contribui para a eficiência do sistema de justiça e para a estabilidade das relações econômicas, ressaltando o papel dos precedentes, da previsibilidade e de instrumentos processuais capazes de reduzir incertezas e promover ambiente favorável ao desenvolvimento nacional.

Os artigos reunidos nesta edição evidenciam a pluralidade e a relevância dos temas que atravessam o Direito Constitucional Econômico contemporâneo, demonstrando como a pesquisa científica qualificada contribui para o fortalecimento institucional, para a elaboração de políticas públicas mais eficientes e para a consolidação de uma jurisprudência coerente e comprometida com a segurança jurídica e com o desenvolvimento do país. O Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA reafirma, assim, sua dedicação à produção acadêmica sólida e ao incentivo permanente ao debate crítico e interdisciplinar.

Convidamos todos a uma leitura enriquecedora e estimulante, apta a suscitar novas reflexões e a reforçar o compromisso constitucional com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

André de Carvalho Ramos

Coordenador do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA (Alfa
Educação)

Editor da Revista de Direito Econômico

Marina Faraco

Coordenadora Adjunta do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA (Alfa
Educação)

Editora da Revista de Direito Constitucional Econômico